

AS CONTRIBUIÇÕES DO PENSAMENTO COMPLEXO PARA A INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

THE CONTRIBUTIONS OF COMPLEX THINKING TO THE INCLUSION OF STUDENTS WITH AUTISM SPECTRUM DISORDER: A LITERATURE REVIEW

LAS CONTRIBUCIONES DEL PENSAMIENTO COMPLEJO PARA LA INCLUSIÓN DE ESTUDIANTES CON TRASTORNO DEL ESPECTRO AUTISTA: UNA REVISIÓN BIBLIOGRÁFICA

Kátia dos Reis Lisboa Nunes¹

Bruno Santos Ferreira²

RESUMO: A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação básica constitui um dos principais desafios contemporâneos da educação inclusiva. Embora avanços legislativos tenham ampliado o acesso desses estudantes à escola regular, ainda persistem dificuldades relacionadas às práticas pedagógicas, à formação docente e à organização dos ambientes escolares. Nesse contexto, o pensamento complexo de Edgar Morin apresenta-se como um referencial teórico capaz de contribuir para a compreensão da singularidade dos estudantes autistas e para a construção de práticas pedagógicas inclusivas. O objetivo deste estudo foi analisar as contribuições do pensamento complexo para a inclusão de estudantes com TEA por meio de uma revisão bibliográfica. A pesquisa foi realizada em bases de dados nacionais e internacionais, utilizando descritores relacionados ao pensamento complexo, autismo e educação inclusiva. A análise dos 6 estudos que compuseram o *corpus* da revisão bibliográfica indica que os princípios dialógico, recursivo e hologramático favorecem uma compreensão mais ampla da diversidade humana e dos processos educacionais, possibilitando superar abordagens fragmentadas e reducionistas do autismo. Além disso, a epistemologia da complexidade contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais flexíveis, colaborativas e contextualizadas, fortalecendo a construção de ambientes escolares mais inclusivos e sensíveis às singularidades dos estudantes. Conclui-se que o pensamento complexo constitui um relevante referencial teórico para a construção de sistemas educacionais mais democráticos, humanos e comprometidos com o direito à aprendizagem e à participação de todos os estudantes.

Palavras-chave: Pensamento complexo. Transtorno do Espectro Autista. Educação Inclusiva.

¹Mestranda em Educação- Faculdade de Educação da Universidade de Brasília- UnB. Professora do Atendimento Educacional Especializado da Secretaria Municipal de Educação de Valparaíso de Goiás

²Ph.D em Educação / Professor-Pesquisador. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB.

ABSTRACT: The inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) in basic education constitutes one of the main contemporary challenges of inclusive education. Although legislative advances have expanded these students' access to mainstream schools, difficulties related to pedagogical practices, teacher education, and the organization of school environments still persist. In this context, Edgar Morin's Complex Thinking emerges as a theoretical framework capable of contributing to the understanding of the singularities of autistic students and to the development of inclusive pedagogical practices. The aim of this study was to analyze the contributions of Complex Thinking to the inclusion of students with ASD through a literature review. The research was conducted in national and international databases using descriptors related to Complex Thinking, autism, and inclusive education. The analysis of the 6 studies that comprised the corpus of the literature review indicates that the dialogic, recursive, and hologrammatic principles foster a broader understanding of human diversity and educational processes, making it possible to overcome fragmented and reductionist approaches to autism. Furthermore, the epistemology of complexity contributes to the development of more flexible, collaborative, and contextualized pedagogical practices, strengthening the construction of more inclusive school environments that are sensitive to students' singularities. It is concluded that Complex Thinking constitutes a relevant theoretical framework for the construction of more democratic and humane educational systems committed to the right to learning and participation of all students.

Keywords: Complex Thinking. Autism Spectrum Disorder. Inclusive Education.

RESUMEN: La inclusión de estudiantes con Trastorno del Espectro Autista (TEA) en la educación básica es uno de los principales retos contemporáneos de la educación inclusiva. Aunque los avances legislativos han ampliado el acceso de estos estudiantes a la escuela regular, persisten dificultades relacionadas a las prácticas pedagógicas, a la formación docente y a la organización de los entornos escolares. En este contexto, el pensamiento complejo de Edgar Morin se presenta como un marco teórico capaz de contribuir a la comprensión de la singularidad de los estudiantes autistas y a la construcción de prácticas pedagógicas inclusivas. El objetivo de este estudio fue analizar las contribuciones del pensamiento complejo para la inclusión de estudiantes con TEA mediante una revisión bibliográfica. La investigación fue realizada en bases de datos nacionales e internacionales, utilizando descriptores relacionados al pensamiento complejo, autismo y educación inclusiva. El análisis de los 6 estudios que compusieron el corpus de la revisión bibliográfica indica que los principios dialógico, recursivo y hologramático favorecen una comprensión más amplia de la diversidad humana y de los procesos educativos, lo que permite superar enfoques fragmentados y reduccionistas del autismo. Además, la epistemología de la complejidad contribuye al desarrollo de prácticas pedagógicas más flexibles, colaborativas y contextualizadas, fortaleciendo la construcción de entornos escolares más inclusivos y sensibles a las singularidades de los estudiantes. Se concluye que el pensamiento complejo constituye un marco teórico relevante para la construcción de sistemas educativos más democráticos humanos y comprometidos con el derecho al aprendizaje y a la participación de todos los estudiantes.

Palabras clave: Pensamiento complejo. Trastorno del espectro autista. Educación inclusiva.

INTRODUÇÃO

A educação inclusiva tem se consolidado como um dos principais desafios e compromissos das políticas educacionais contemporâneas, especialmente diante da crescente diversidade presente nos espaços escolares. Nas últimas décadas, o aumento do número de matrículas de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nas escolas regulares tem ampliado o debate a respeito da necessidade de práticas pedagógicas capazes de garantir não apenas o acesso à escola, mas a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento desses estudantes. Nesse contexto, torna-se fundamental repensar concepções educacionais historicamente marcadas pela fragmentação do conhecimento, pela homogeneização dos processos de ensino e pela dificuldade em acolher as singularidades humanas.

No contexto brasileiro, importantes marcos normativos fortaleceram o direito à educação inclusiva. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva consolidou o entendimento de que os estudantes público-alvo da educação especial devem ter assegurados o acesso, a participação e a aprendizagem nas escolas regulares, com oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de forma complementar ou suplementar ao ensino comum (BRASIL, 2008). Posteriormente, a Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) reforçaram o direito das pessoas com deficiência e dos estudantes com TEA à educação em ambientes inclusivos, fundamentados nos princípios da igualdade de oportunidades, da participação social e do respeito à diversidade (BRASIL, 2012, 2015).

O TEA é caracterizado como um transtorno do neurodesenvolvimento que envolve diferenças persistentes na comunicação e na interação social, além de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (American Psychiatric Association [APA], 2023). Entretanto, as manifestações do autismo são heterogêneas, variando significativamente entre os indivíduos, o que exige das instituições escolares uma compreensão ampla das necessidades, potencialidades e singularidades de cada estudante. Dessa forma, a inclusão escolar de estudantes com TEA demanda abordagens pedagógicas que ultrapassem perspectivas reducionistas e considerem a complexidade dos processos humanos de desenvolvimento e aprendizagem.

Apesar dos avanços legais, a efetivação da inclusão escolar ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à organização dos ambientes educacionais, à construção de práticas pedagógicas acessíveis e à superação de concepções fragmentadas sobre o desenvolvimento humano. Tais desafios evidenciam a necessidade de referenciais teóricos capazes de compreender a diversidade e a inclusão para além de perspectivas simplificadoras, reconhecendo a multidimensionalidade dos sujeitos e dos contextos educacionais.

Nesse cenário, o pensamento complexo, desenvolvido por Morin E (2000, 2003), apresenta-se como importante referencial teórico para a compreensão dos processos educacionais inclusivos. Ao criticar a fragmentação dos saberes e a excessiva especialização do conhecimento, o autor propõe uma reforma do pensamento baseada na religação dos saberes, na compreensão das interdependências e no reconhecimento da multidimensionalidade dos fenômenos humanos. Para Morin E (2000), a educação deve favorecer a compreensão da condição humana em sua complexidade, superando visões reducionistas que fragmentam os sujeitos e os processos educativos. Tal perspectiva possibilita compreender a inclusão escolar não apenas como uma questão de acesso, mas como um processo que envolve relações, contextos, subjetividades e múltiplas formas de aprendizagem.

As contribuições do paradigma da complexidade para a educação vêm sendo discutidas por diversos pesquisadores. Cabral EFL, et al. (2021) destacam que a teoria da complexidade favorece práticas educativas mais integradoras, capazes de articular diferentes saberes e promover uma formação mais humanizada. Nessa mesma direção, Leite ECF e Leite VF (2025) defendem que a complexidade oferece caminhos para a construção de uma escola que acolhe a diferença e reconhece a diversidade como elemento constitutivo do processo educativo. Tais perspectivas reforçam a necessidade de compreender a inclusão escolar a partir de uma visão que considere os sujeitos em sua totalidade e nas múltiplas relações que estabelecem com o contexto educacional.

No campo da educação inclusiva, Guérios E, et al. (2022) compreendem a inclusão como um modo de viver fundamentado na ética da solidariedade, no respeito às diferenças e na valorização da condição humana em sua pluralidade. De forma complementar, Duarte JS, et al. (2021) argumentam que os processos de educação inclusiva se tornam ainda mais complexos diante das transformações sociais contemporâneas, exigindo das instituições educacionais novas formas de compreender e acolher a diversidade. Essas reflexões dialogam diretamente

com a perspectiva moriniana, ao reconhecer que os fenômenos educacionais não podem ser compreendidos de maneira isolada, mas a partir das múltiplas relações que constituem a realidade escolar.

No que se refere especificamente ao autismo, Silva GG e Monteiro ES (2025) destacam que o paradigma da complexidade contribui para a compreensão dos estudantes com TEA para além de classificações centradas em déficits, possibilitando reconhecer suas potencialidades, singularidades e formas particulares de interação com o mundo. Simão VL, et al. (2022) também ressaltam que a efetivação da inclusão na educação básica exige práticas pedagógicas comprometidas com a participação, o pertencimento e a valorização das diferenças, princípios que dialogam com a perspectiva da complexidade, ao reconhecer a diversidade como elemento constitutivo dos processos educativos.

Diante dessas considerações, este estudo busca responder à seguinte questão norteadora: quais são as contribuições do pensamento complexo para a inclusão de estudantes com TEA nas escolas regulares? Para responder a essa questão, realizou-se uma revisão bibliográfica com o objetivo de analisar as contribuições da epistemologia da complexidade para a compreensão e o fortalecimento dos processos de inclusão escolar de estudantes com TEA, identificando possibilidades teóricas que possam subsidiar práticas educacionais mais inclusivas, humanizadas e sensíveis à diversidade humana.

5

MÉTODOS

Esta pesquisa caracteriza-se como uma revisão bibliográfica de natureza qualitativa, orientada por uma abordagem interpretativa e integradora. Para garantir maior transparência no processo de identificação, seleção e inclusão dos estudos, a organização do percurso de seleção das fontes foi orientada pelas diretrizes do PRISMA 2020 (PAGE MJ, et al., 2021). A investigação fundamenta-se na epistemologia da complexidade, buscando não apenas a coleta de dados, mas a “religação dos saberes” fragmentados sobre a inclusão escolar.

Coleta de Dados e Fontes de Informação

A busca foi realizada nas bases de dados SciELO, ERIC, Google Scholar, Portal de Periódicos Capes e Web of Science. Adotou-se um recorte temporal entre 2015 e 2025, período

que permite captar a produção científica mais recente sobre o TEA no contexto da educação inclusiva contemporânea.

Foram utilizados descritores combinados com operadores booleanos (and/or):

- Em português: “pensamento complexo” *and* “Autismo”; “Complexidade” *and* “Educação Inclusiva”; “Edgar Morin” *and* “Transtorno do Espectro Autista”.
- Em inglês: “Complex Thinking” *and* “Autism”; “Inclusive Education” *and* “Complexity”.

Critérios de Elegibilidade (Inclusão e Exclusão)

Para compor o *corpus* da pesquisa, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão:

1. Artigos científicos publicados em periódicos revisados por pares e trabalhos completos publicados em anais de eventos científicos, desde que apresentassem aderência ao objeto da investigação e contribuição teórica para a análise proposta.
2. Textos disponíveis em português e inglês.
3. Estudos que apresentassem articulação entre o pensamento complexo, especialmente a partir das contribuições de Edgar Morin, e a educação inclusiva, contemplando discussões relacionadas ao TEA, à diversidade ou às práticas pedagógicas inclusivas;
4. Estudos publicados no período de 2015 a 2025 e disponíveis para leitura integral.

Foram excluídos trabalhos duplicados nas diferentes bases consultadas; resumos simples ou expandidos de eventos sem acesso ao trabalho completo; teses e dissertações; estudos que abordassem o autismo exclusivamente sob uma perspectiva biomédica, sem interface com o campo educacional; e produções que, após a leitura integral, não apresentassem contribuição para a discussão sobre pensamento complexo, educação inclusiva e/ou inclusão de estudantes com TEA.

Processo de Seleção e Análise

O processo de seleção dos estudos foi organizado com base nas etapas propostas pelo PRISMA 2020 (PAGE MJ, et al., 2021), buscando conferir maior transparência e sistematização à composição do *corpus* da revisão. Inicialmente, foram identificados 45 registros nas bases de dados consultadas. Após a remoção de duplicidades e a análise dos títulos e resumos, 18 estudos foram selecionados para leitura integral.

Na etapa de elegibilidade, os 18 estudos foram avaliados integralmente, considerando-se os critérios de inclusão e exclusão previamente estabelecidos. Após essa análise, 12 estudos foram excluídos por não atenderem aos critérios de elegibilidade, especialmente por não apresentarem articulação pertinente com o pensamento complexo e o campo educacional, por apresentarem abordagem exclusivamente biomédica ou por não demonstrarem aderência suficiente ao objeto desta investigação.

Ao final do processo, 6 estudos compuseram o *corpus* da revisão bibliográfica e foram submetidos à análise qualitativa e interpretativa. A análise buscou identificar aproximações, contribuições e possibilidades de articulação entre o pensamento complexo e a inclusão educacional, com especial atenção às discussões relacionadas à inclusão de estudantes com TEA.

O percurso de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos estudos encontra-se sintetizado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma do processo de seleção dos estudos



Fonte: Elaborada pelos autores, com base no PRISMA 2020 (PAGE MJ, et al., 2021) e nos dados da pesquisa.

Quadro 1 – Síntese dos estudos selecionados para revisão bibliográfica

Autores e Ano	Título do Estudo	Objetivo central	Contribuições para o artigo
Cabral EFL, et al. (2021)	O pensamento complexo de Edgar Morin e suas contribuições ao campo da Educação	Analisar as contribuições do pensamento complexo para o campo educacional, a partir da experiência da Escola da Ponte.	Contribui para compreender a relação dos saberes, interdisciplinaridade e a crítica à fragmentação do conhecimento no contexto escolar.

Duarte JS, et al. (2021)	A complexidade dos processos da educação inclusiva no contexto da modernidade líquida	Discutir os desafios da educação inclusiva em diálogo com a complexidade e a modernidade líquida.	Fundamenta a compreensão da inclusão como processo instável, dinâmico e marcado por incertezas, exigindo práticas docentes mais abertas e flexíveis.
Guérios E, et al. (2022)	Inclusão como modo de viver: bem viver	Refletir sobre a inclusão como princípio ético, humano e existencial.	Fortalece a discussão sobre a inclusão como compromisso ético, sustentado pela solidariedade, pela convivência e pelo reconhecimento do outro.
Simão VL, et al. (2022)	Inclu-Ação: a inclusão na educação básica	Discutir práticas e estratégias de inclusão na educação básica.	Contribui para a análise do PEI, das práticas colaborativas e da corresponsabilidade entre escola e família, aspectos que, nesta revisão, são articulados ao pensamento complexo por evidenciarem a interdependência entre os sujeitos e os diferentes elementos envolvidos no processo de inclusão escolar.
Silva GG e Monteiro ES (2025)	Paradigma da complexidade e sua aplicação no ensino de estudantes com autismo	Analisar a aplicação do paradigma da complexidade no ensino de estudantes com autismo.	Constitui uma das principais bases do artigo, articulando diretamente pensamento complexo, autismo, práticas pedagógicas e superação de abordagens reducionistas.
Leite ECF e Leite VF (2025)	Complexidade e inclusão de alunos com deficiência intelectual: caminhos possíveis para uma escola que acolhe a diferença	Refletir sobre a inclusão escolar a partir da complexidade e do acolhimento da diferença.	Amplia a discussão sobre ambientes inclusivos, ética da inclusão, flexibilização pedagógica e valorização das singularidades dos estudantes.

Fonte: elaboração própria, com base em Cabral EFL, et al. (2021), Duarte JS, et al. (2021), Guérios E, et al. (2022), Simão VL, et al. (2022), Silva GG e Monteiro ES (2025) e Leite ECF e Leite VF (2025).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O pensamento complexo

O pensamento complexo, desenvolvido por Edgar Morin, propõe uma reforma paradigmática na maneira de compreender o conhecimento e a realidade. Em oposição à fragmentação disciplinar, Morin defende a necessidade da “relição dos saberes”, reconhecendo que os fenômenos humanos são multidimensionais, interdependentes e marcados pela incerteza.

Segundo Morin E (2003), o paradigma da complexidade busca compreender as relações existentes entre as partes e o todo, considerando simultaneamente ordem, desordem, organização e transformação.

Na educação, essa perspectiva rompe com modelos tradicionais centrados exclusivamente na transmissão de conteúdos e favorece práticas pedagógicas mais integradoras, humanas e contextualizadas.

O princípio dialógico

O princípio dialógico permite compreender a coexistência de elementos aparentemente contraditórios, mas simultaneamente complementares (Morin E, 2003).

Aplicado à educação inclusiva, esse princípio possibilita reconhecer que estudantes com TEA podem apresentar dificuldades de comunicação social e, ao mesmo tempo, potencialidades cognitivas, sensibilidade artística, criatividade ou habilidades específicas.

A lógica dialógica rompe com visões reducionistas do autismo e favorece uma compreensão mais ampla da singularidade humana.

O princípio recursivo

O princípio recursivo estabelece que os efeitos retroagem sobre as causas, produzindo processos contínuos de transformação (Morin E, 2003).

Na inclusão escolar, isso significa reconhecer que o estudante influencia o ambiente educativo ao mesmo tempo que é influenciado por ele. As práticas pedagógicas, os vínculos afetivos, a organização da escola e as interações sociais interferem diretamente no desenvolvimento do estudante autista.

Da mesma forma, a presença do estudante com TEA transforma a prática docente, os processos educativos e as relações escolares.

O princípio hologramático

O princípio hologramático pressupõe que o todo está presente nas partes, assim como as partes também estão presentes no todo (Morin E, 2003).

Sob essa perspectiva, cada estudante expressa aspectos biológicos, emocionais, culturais, familiares e sociais que refletem a complexidade da condição humana.

Assim, o estudante autista não pode ser reduzido ao diagnóstico clínico, pois sua identidade é constituída por múltiplas experiências, relações e contextos.

Pensamento complexo e educação inclusiva

A educação inclusiva fundamenta-se no reconhecimento do direito de todos os estudantes à aprendizagem, à participação e ao pertencimento escolar. Entretanto, práticas educacionais tradicionais ainda apresentam forte influência de modelos homogeneizadores e integradores que, sob a lógica da normalização, dificultam o acolhimento das reais diferenças.

Para romper com essa tradição segregacionista, o cenário normativo brasileiro consolidou marcos fundamentais. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva foi decisiva ao inverter a lógica anterior: se antes os alunos com deficiência eram atendidos majoritariamente em instituições e escolas especiais, a partir dela, determina-se que todos devem estar inseridos na rede regular de ensino (BRASIL, 2008).

Esse compromisso ético e legal foi reforçado pela Lei nº 12.764/2012 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, garantindo que o estudante com TEA não possa ser excluído do sistema regular. Finalmente, a Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) consolidou essas garantias, assegurando um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e em condições de igualdade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e ao seu preparo para a cidadania (BRASIL, 2012, 2015).

10

Nesse sentido, o pensamento complexo contribui para a construção de uma educação inclusiva, ao defender:

- A valorização da diversidade humana;
- A interdisciplinaridade;
- A contextualização do conhecimento;
- A ética da solidariedade;
- A compreensão multidimensional do sujeito.

A epistemologia da complexidade favorece práticas pedagógicas mais flexíveis, colaborativas e sensíveis às singularidades dos estudantes com TEA.

Apesar dos avanços legais e teóricos relacionados à educação inclusiva, os estudos analisados evidenciam que ainda persistem importantes contradições entre os princípios defendidos pelas políticas públicas e a realidade vivenciada nas escolas. Em muitos contextos educacionais, a inclusão permanece restrita ao acesso físico do estudante à escola regular, sem

que ocorram transformações efetivas nas práticas pedagógicas, na organização curricular e nas condições estruturais necessárias para garantir participação e aprendizagem. Tal cenário revela que a consolidação de uma educação inclusiva fundamentada na complexidade ainda enfrenta desafios relacionados à formação docente, à sobrecarga de trabalho dos professores, à precarização das condições escolares e à permanência de modelos pedagógicos centrados na homogeneização dos estudantes.

Ao discutir a necessidade de superação das práticas homogeneizadoras, os estudos de Leite ECF e Leite VF (2025) aproximam-se das contribuições de Silva GG e Monteiro ES (2025), especialmente ao defenderem que a inclusão escolar deve considerar as singularidades cognitivas, emocionais e sensoriais dos estudantes autistas. Enquanto Silva GG e Monteiro ES (2025) enfatizam a superação das abordagens reducionistas centradas exclusivamente no comportamento, Leite ECF e Leite VF (2025) ampliam essa discussão ao defenderem a construção de ambientes escolares capazes de acolher a diferença como elemento constitutivo da experiência educativa. Em conjunto, os autores reforçam a compreensão da inclusão como processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas e das relações institucionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

11

Superação do reducionismo comportamental

Os estudos analisados evidenciam que o pensamento complexo contribui para a superação de perspectivas reducionistas centradas exclusivamente nos aspectos comportamentais dos estudantes autistas, conforme a perspectiva da complexidade desenvolvida por Edgar Morin. Embora as abordagens comportamentais possam apresentar contribuições relevantes em determinados contextos educacionais, a perspectiva da complexidade compreende o desenvolvimento humano como um fenômeno multidimensional, constituído por aspectos emocionais, sociais, culturais, cognitivos e afetivos que se inter-relacionam de forma dinâmica e inseparável (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; LEITE ECF e LEITE VF, 2025).

Nessa perspectiva, o estudante com TEA deixa de ser compreendido apenas a partir de déficits ou padrões comportamentais isolados e passa a ser reconhecido em sua singularidade, historicidade e inserção social. Consequentemente, a inclusão escolar não se limita à adaptação

do estudante às normas institucionais, mas demanda a reorganização das práticas pedagógicas, das relações escolares e da própria estrutura educacional, de modo a favorecer ambientes mais acolhedores, flexíveis e sensíveis à diversidade humana (LEITE ECF e LEITE VF, 2025).

O Plano Educacional Individualizado (PEI) na lógica da complexidade

Os estudos analisados apontam que o Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui um importante instrumento para a efetivação de práticas inclusivas fundamentadas na epistemologia da complexidade de Edgar Morin (SIMÃO VL, et al., 2022). Nessa perspectiva, o PEI ultrapassa a compreensão restrita de adaptação curricular e passa a ser concebido como um processo dinâmico, colaborativo e contextualizado, construído a partir da corresponsabilidade entre professores, família, equipe pedagógica e profissionais de apoio (SIMÃO VL, et al., 2022).

Os resultados evidenciam que o planejamento pedagógico, orientado pela lógica da complexidade, considera o estudante em sua integralidade, reconhecendo suas singularidades, potencialidades e diferentes formas de interação com o ambiente escolar. Dessa forma, o PEI passa a contemplar aspectos relacionados aos interesses do estudante, às suas formas de comunicação, às necessidades sensoriais, aos ritmos de aprendizagem e às potencialidades cognitivas, emocionais e sociais (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022).

12

Além disso, os estudos demonstram que práticas avaliativas flexíveis, contínuas e processuais favorecem não apenas a permanência do estudante no espaço escolar, mas sua participação efetiva nas experiências de aprendizagem. Sob essa ótica, o progresso do estudante deixa de ser medido a partir de padrões homogêneos e passa a considerar sua trajetória individual, respeitando sua singularidade e os diferentes modos de aprender e se desenvolver (LEITE ECF e LEITE VF, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022).

As contribuições de Simão VL, et al. (2022) acerca da construção colaborativa do PEI dialogam diretamente com os princípios da complexidade defendidos por Morin E (2003), sobretudo ao reconhecerem que os processos educativos não podem ser compreendidos de forma fragmentada. Nesse sentido, Silva GG e Monteiro ES (2025) complementam essa perspectiva, ao enfatizarem que o planejamento pedagógico precisa considerar simultaneamente aspectos cognitivos, emocionais, sociais e sensoriais envolvidos na aprendizagem do estudante com

TEA. Assim, os autores convergem ao defenderem práticas pedagógicas mais flexíveis, contextualizadas e centradas nas potencialidades dos estudantes.

A reforma do pensamento docente

Segundo Morin E (2003), a educação necessita de uma reforma do pensamento capaz de superar formas fragmentadas e reducionistas de compreensão da realidade, promovendo uma perspectiva mais ampla e integrada do conhecimento. Em diálogo com essa concepção, Silva GG e Monteiro ES (2025) e Simão VL, et al. (2022) apontam para a necessidade de práticas educacionais que considerem a complexidade dos processos de ensino-aprendizagem. No contexto da educação inclusiva, Duarte JS, et al. (2021) e Leite ECF e Leite VF (2025) reforçam a importância de práticas pedagógicas que ultrapassem perspectivas exclusivamente técnicas e normativas, valorizando a sensibilidade, a ética e o reconhecimento da diversidade humana.

Os estudos revisados evidenciam que a formação docente constitui elemento central para a efetivação da inclusão escolar de estudantes com TEA, especialmente quando orientada pelos princípios da complexidade e da neurodiversidade (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022). Nessa perspectiva, o professor deixa de atuar apenas como transmissor de conteúdos e passa a assumir o papel de mediador de experiências de aprendizagem mais dialógicas, contextualizadas e humanizadas.

13

Os resultados apontam que a formação docente precisa contemplar a compreensão da neurodiversidade, reconhecendo as diferenças individuais não como limitações, mas como expressões legítimas da diversidade humana que enriquecem os processos educativos (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025). Além disso, evidencia-se a necessidade de uma ética da inclusão pautada na solidariedade, na antropoética e no respeito à condição humana, fortalecendo práticas pedagógicas mais acolhedoras e comprometidas com a dignidade dos sujeitos (GUÉRIOS E, et al., 2022; LEITE ECF e LEITE VF, 2025).

Os estudos também destacam a importância da interdisciplinaridade e da religação dos saberes como estratégias fundamentais para compreender a complexidade dos processos inclusivos, favorecendo o diálogo entre diferentes áreas do conhecimento e a construção de intervenções pedagógicas mais integradas (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; CABRAL EFL, et al. 2021). Soma-se a isso a necessidade de flexibilização curricular, por meio de estratégias diversificadas que respeitem as singularidades, os ritmos de aprendizagem e as

necessidades específicas dos estudantes (LEITE ECF e LEITE VF, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022).

Outro aspecto recorrente nos estudos refere-se à valorização das práticas colaborativas, fortalecendo a corresponsabilidade entre escola, família e profissionais de diferentes áreas no acompanhamento e desenvolvimento do estudante autista (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022). Por fim, evidencia-se que o desenvolvimento de vínculos afetivos constitui dimensão essencial da prática inclusiva, uma vez que a escola inclusiva se sustenta na escuta sensível, na construção de relações humanas significativas e na coragem pedagógica de reconhecer o estudante em sua integralidade (LEITE ECF e LEITE VF, 2025; SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025).

Entretanto, os estudos também demonstram que a implementação de práticas pedagógicas fundamentadas no pensamento complexo ainda encontra limites significativos no cotidiano escolar. A permanência de currículos rígidos, avaliações padronizadas e modelos educacionais centrados no rendimento acadêmico dificulta a construção de práticas realmente inclusivas e contextualizadas. Dessa forma, a reforma do pensamento proposta por Edgar Morin exige não apenas mudanças individuais na atuação docente, mas transformações estruturais mais amplas nas políticas educacionais e na cultura escolar.

O pensamento complexo e a construção de ambientes inclusivos

Os estudos analisados evidenciam que a perspectiva do pensamento complexo contribui significativamente para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, acessíveis e sensíveis às singularidades dos estudantes com TEA (LEITE ECF e LEITE VF, 2025; SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025). Segundo Morin E (2003), compreender os fenômenos humanos de forma integrada implica reconhecer a interdependência entre sujeito, ambiente, relações sociais e processos educativos. Nesse sentido, a inclusão escolar deixa de ser compreendida como responsabilidade exclusiva do professor e passa a constituir um compromisso coletivo de toda a comunidade escolar.

Os resultados demonstram que práticas inclusivas fundamentadas na complexidade envolvem a participação articulada de professores, gestores, estudantes, famílias e profissionais especializados, fortalecendo redes de apoio e corresponsabilidade no processo educativo (LEITE

ECF e LEITE VF, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022). Tal perspectiva favorece a construção de uma cultura escolar mais colaborativa, ética e comprometida com o respeito à diversidade humana.

Além disso, os estudos apontam que a organização do ambiente escolar exerce influência significativa na aprendizagem, na participação e no bem-estar dos estudantes autistas. Ambientes estruturados, previsibilidade da rotina, utilização de recursos visuais, flexibilização das atividades pedagógicas e acolhimento emocional aparecem como estratégias relevantes para favorecer a autonomia, reduzir situações de sobrecarga sensorial e ampliar as possibilidades de interação social e desenvolvimento acadêmico (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022).

Apesar das contribuições do pensamento complexo para a construção de ambientes escolares mais inclusivos, os estudos analisados também evidenciam importantes limites presentes na realidade educacional contemporânea. Muitas escolas ainda enfrentam dificuldades estruturais relacionadas à superlotação das salas de aula, ausência de recursos pedagógicos acessíveis, escassez de profissionais especializados e insuficiência de políticas permanentes de formação docente. Além disso, práticas pedagógicas fortemente centradas na padronização curricular e no desempenho acadêmico acabam dificultando a implementação de estratégias flexíveis e contextualizadas voltadas às singularidades dos estudantes com TEA.

15

Os estudos também apontam que a inclusão escolar frequentemente recai sobre a responsabilidade individual do professor, sem que haja efetivo suporte institucional, planejamento coletivo ou reorganização das práticas escolares. Em diversos contextos, observa-se que o estudante autista permanece fisicamente inserido na escola regular, porém ainda distante de uma participação efetiva nos processos de aprendizagem e nas relações sociais. Tal cenário revela que a inclusão não pode ser compreendida apenas como matrícula ou permanência no espaço escolar, mas exige transformações profundas na cultura institucional, nas políticas educacionais e nas concepções de ensino que sustentam o cotidiano das escolas.

Nesse contexto, o pensamento complexo contribui para problematizar modelos educacionais excessivamente fragmentados e homogeneizadores, ao defender a necessidade de práticas pedagógicas mais humanas, colaborativas e abertas à imprevisibilidade dos processos educativos. Entretanto, os próprios estudos analisados demonstram que a efetivação dessa perspectiva ainda encontra limites concretos nas condições materiais e organizacionais das

instituições escolares, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais consistentes e investimentos permanentes na formação e valorização docente.

Nessa perspectiva, o ambiente inclusivo não se limita às adaptações físicas ou curriculares, mas envolve a construção de relações humanas pautadas na escuta, no respeito às singularidades e na valorização da neurodiversidade. Assim, o pensamento complexo contribui para compreender a inclusão escolar como um processo contínuo de transformação das práticas, das relações e da própria cultura institucional.

SÍNTESE INTEGRATIVA DAS POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS IDENTIFICADAS NA REVISÃO

A partir da análise integrativa dos estudos que compuseram o *corpus* desta revisão, foram identificadas possibilidades pedagógicas que articulam os princípios do pensamento complexo às demandas da inclusão escolar de estudantes com TEA. As possibilidades apresentadas nesta seção resultam da síntese interpretativa das contribuições dos estudos revisados, considerando suas aproximações em relação à compreensão multidimensional do estudante, à flexibilização das práticas pedagógicas, ao trabalho colaborativo e à construção de ambientes educacionais inclusivos.

Preparação e visão sistêmica

Os estudos analisados evidenciam que o processo inicial de inclusão do estudante com TEA constitui um momento relevante para a construção de vínculos, segurança emocional e pertencimento no ambiente escolar. Sob a perspectiva do pensamento complexo, esse processo requer uma compreensão sistêmica do estudante, considerando suas singularidades, formas de interação, necessidades sensoriais e contextos relacionais (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022).

Nesse processo, o diálogo entre professor, família, profissionais de apoio e equipe pedagógica mostra-se relevante para a compreensão de aspectos relacionados aos interesses do estudante, às formas de comunicação, às sensibilidades sensoriais e às estratégias que podem favorecer sua participação no contexto escolar (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022). Essa articulação favorece a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas, acolhedoras e coerentes com as necessidades educacionais do estudante.

Os estudos também apontam que a organização do ambiente físico desempenha papel relevante no processo de inclusão escolar. Nessa perspectiva, o espaço deixa de ser compreendido apenas como cenário da aprendizagem e passa a constituir elemento integrante das experiências educativas. Assim, a consideração das características sensoriais do ambiente e a organização de contextos mais estruturados e previsíveis podem favorecer a participação e o bem-estar do estudante com TEA (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025).

Além disso, estratégias como a utilização de recursos visuais, a organização de rotinas estruturadas e a flexibilização das atividades aparecem nos estudos revisados como possibilidades para favorecer a participação do estudante no contexto educacional (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022). Sob a lógica da complexidade, essas práticas relacionam-se à construção de ambientes que reconheçam o estudante em sua integralidade, considerando a inter-relação entre dimensões cognitivas, emocionais, sociais e sensoriais.

Acolhimento e princípio dialógico

Os estudos analisados apontam que o processo de inclusão envolve acolhimento, construção de vínculos e fortalecimento do sentimento de pertencimento do estudante ao ambiente escolar. Sob a perspectiva do pensamento complexo, a compreensão do estudante com TEA não deve se restringir aos comportamentos observáveis, mas considerar as diferentes dimensões que constituem sua experiência educacional.

Segundo Morin E (2003), o princípio dialógico possibilita compreender elementos aparentemente contraditórios como simultaneamente distintos e complementares. No contexto dos achados da revisão, esse princípio contribui para uma compreensão menos fragmentada das singularidades dos estudantes com TEA, reconhecendo que diferentes características, necessidades e potencialidades coexistem e devem ser consideradas no processo educativo (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; LEITE ECF e LEITE VF, 2025).

Os estudos revisados evidenciam que práticas fundamentadas no acolhimento, no reconhecimento das diferenças e na valorização das potencialidades favorecem relações pedagógicas mais humanizadas e inclusivas (GUÉRIOS E, et al., 2022; LEITE ECF e LEITE VF, 2025). Nessa perspectiva, o respeito às singularidades e às diferentes formas de participação do estudante contribui para fortalecer sua inserção nas experiências educacionais.

Assim, o acolhimento não se restringe a uma ação pontual, mas integra uma concepção de inclusão fundamentada no diálogo, no reconhecimento da diversidade humana e na compreensão multidimensional do estudante.

Estruturação do PEI e flexibilidade pedagógica

Os estudos analisados evidenciam que a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI) pode constituir importante instrumento para a organização de práticas inclusivas, especialmente quando considera as potencialidades, habilidades, necessidades e formas singulares de aprendizagem apresentadas pelo estudante com TEA (SIMÃO VL, et al., 2022).

Nessa perspectiva, o planejamento pedagógico deixa de focalizar exclusivamente as limitações do estudante e passa a considerar suas possibilidades de desenvolvimento, estabelecendo objetivos educacionais contextualizados e coerentes com suas necessidades. A construção colaborativa do PEI também reforça a corresponsabilidade entre professores, família, equipe pedagógica e demais profissionais envolvidos no processo de inclusão (SIMÃO VL, et al., 2022).

Em diálogo com o pensamento complexo, a organização do planejamento educacional pode ser compreendida como um processo dinâmico, sujeito à avaliação e à reorganização diante das respostas do estudante às experiências pedagógicas. Dessa forma, estratégias, tempos, metodologias e recursos podem ser flexibilizados de acordo com as singularidades observadas no cotidiano escolar.

Os estudos apontam ainda que recursos visuais, rotinas estruturadas, flexibilização das atividades e adaptações no planejamento e na avaliação podem ampliar as possibilidades de participação do estudante nas experiências de aprendizagem (SILVA GG e MONTEIRO ES, 2025; SIMÃO VL, et al., 2022). Nesse sentido, estratégias pedagógicas flexíveis favorecem práticas mais sensíveis aos diferentes ritmos, formas de comunicação e modos de interação com o conhecimento.

A flexibilização pedagógica, portanto, não deve ser compreendida como simples redução curricular ou simplificação do ensino, mas como possibilidade de organização de práticas educacionais que reconheçam a diversidade dos processos de aprendizagem e as singularidades dos estudantes.

Integração social e ética da inclusão

Os estudos analisados evidenciam que a inclusão escolar, em diálogo com a perspectiva do pensamento complexo, ultrapassa a dimensão estritamente pedagógica e envolve um compromisso ético, humano e coletivo com o reconhecimento da diversidade.

As contribuições de Guérios E, et al. (2022) destacam a inclusão como um modo de viver fundamentado na solidariedade, na convivência e no reconhecimento do outro. Em diálogo com essa perspectiva, Leite ECF e Leite VF (2025) e Silva GG e Monteiro ES (2025) reforçam a necessidade de ambientes educacionais capazes de acolher as diferenças e reconhecer as singularidades dos estudantes.

Os resultados da revisão também apontam para a importância do trabalho colaborativo e da corresponsabilidade entre escola, família e profissionais envolvidos no processo educacional (SIMÃO VL, et al., 2022). Dessa forma, a responsabilidade pela inclusão não deve recair exclusivamente sobre o professor, mas ser compreendida como compromisso compartilhado pela comunidade escolar.

As práticas colaborativas e a participação dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo ampliam as possibilidades de construção de ambientes escolares mais inclusivos. Sob essa perspectiva, a participação social do estudante não se restringe à sua presença física na escola, mas envolve sua inserção efetiva nas experiências pedagógicas, nas relações sociais e na vida coletiva da comunidade escolar.

Desse modo, a síntese dos estudos revisados permite compreender a inclusão como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas, das relações humanas e da própria cultura educacional. Essa perspectiva aproxima-se da epistemologia da complexidade, ao reconhecer a interdependência entre estudante, professores, família, ambiente escolar e processos de aprendizagem.

Quadro 2 – Síntese integrativa dos princípios, implicações para a inclusão e possibilidades pedagógicas identificadas na revisão

Princípios/eixos de análise	Implicações para a inclusão	Possibilidades pedagógicas identificadas	Estudos que sustentam a síntese
Visão sistêmica e multidimensional	Compreensão do estudante para além do diagnóstico, considerando suas	Articulação entre professor, família, equipe pedagógica e profissionais de apoio; consideração	Silva GG e Monteiro ES

	singularidades e diferentes dimensões do desenvolvimento e da aprendizagem.	das formas de comunicação e das necessidades do estudante; organização de ambientes mais estruturados e acessíveis.	(2025); Simão VL, et al. (2022)
Princípio dialógico	Reconhecimento das diferenças, singularidades, necessidades e potencialidades que coexistem no processo educacional.	Acolhimento; valorização das potencialidades; respeito às singularidades e construção de relações pedagógicas mais humanizadas.	Guérios E, et al. (2022); Silva GG e Monteiro ES (2025); Leite ECF e Leite VF (2025)
Recursividade e flexibilidade	Compreensão do processo educacional como dinâmico, no qual práticas, relações e planejamento podem ser continuamente reorganizados.	PEI construído de forma colaborativa; flexibilização de estratégias, tempos, recursos, atividades e processos avaliativos.	Simão VL, et al. (2022); Silva GG e Monteiro ES (2025)
Religação dos saberes e ética da inclusão	Compreensão da inclusão como responsabilidade coletiva, ética e multidimensional, superando práticas fragmentadas.	Trabalho colaborativo; corresponsabilidade entre escola, família e profissionais; articulação de diferentes saberes e fortalecimento de uma cultura escolar inclusiva.	Cabral EFL, et al. (2021); Guérios E, et al. (2022); Leite ECF e Leite VF (2025); Simão VL, et al. (2022)

Fonte: elaboração própria, com base nos estudos que compuseram o *corpus* da revisão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente revisão bibliográfica possibilitou compreender que o pensamento complexo de Morin E (2003) constitui um importante referencial teórico para a compreensão e fortalecimento da inclusão de estudantes com TEA, ao favorecer uma visão mais ampla, humana, contextualizada e multidimensional dos processos educativos e da diversidade humana.

Os estudos analisados evidenciaram que, sob a perspectiva da complexidade, a inclusão escolar ultrapassa a compreensão restrita de cumprimento de dispositivos legais ou de simples adaptação do estudante às normas institucionais. A inclusão passa a ser compreendida como um compromisso ético, social e humano fundamentado no reconhecimento das singularidades, na valorização da neurodiversidade e na construção de práticas educativas mais acolhedoras, democráticas e sensíveis às diferentes formas de aprender, interagir e comunicar-se.

Os princípios dialógico, recursivo e hologramático mostraram-se relevantes para superar visões fragmentadas e reducionistas do autismo, permitindo compreender o estudante com

TEA em sua integralidade, considerando aspectos cognitivos, emocionais, sociais, culturais e sensoriais que se inter-relacionam de maneira dinâmica e inseparável. Nessa perspectiva, os resultados apontam para a necessidade de práticas pedagógicas mais flexíveis, contextualizadas, colaborativas e centradas nas potencialidades dos estudantes, favorecendo sua participação efetiva nos processos de aprendizagem e nas relações escolares.

Além disso, a revisão evidenciou que a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva exige uma reforma do pensamento docente e institucional, conforme defendido por Morin E (2003). Tal transformação implica superar práticas homogeneizadoras, fragmentadas e centradas exclusivamente no desempenho acadêmico, para construir ambientes educativos fundamentados na empatia, na escuta sensível, na cooperação, no acolhimento das diferenças e no fortalecimento das relações humanas.

Os estudos também demonstraram que o pensamento complexo contribui para compreender a educação inclusiva como um processo contínuo de transformação das práticas pedagógicas, das relações sociais e da própria cultura escolar. Assim, a escola inclusiva deixa de ser concebida como um espaço de padronização e passa a constituir um ambiente capaz de acolher a diversidade, reconhecer a imprevisibilidade dos processos humanos e promover autonomia, pertencimento e participação social dos estudantes com TEA.

21

Outro aspecto relevante identificado na revisão refere-se à ainda limitada produção científica que articula diretamente o pensamento complexo de Edgar Morin com a inclusão de estudantes com TEA. Observa-se predominância de estudos teóricos e reflexivos, com reduzido número de pesquisas empíricas voltadas à investigação de práticas pedagógicas fundamentadas na complexidade no contexto escolar. Tal lacuna evidencia a necessidade de ampliação de estudos que analisem experiências concretas de inclusão, formação docente e construção de ambientes educativos complexos, capazes de dialogar com as singularidades dos estudantes autistas nas diferentes realidades educacionais.

As produções analisadas convergem ao reconhecer que a inclusão escolar de estudantes com TEA exige a superação de modelos educacionais fragmentados e centrados na homogeneização dos sujeitos. Embora cada autor enfatize aspectos específicos, como a ética da inclusão, a flexibilização pedagógica, a organização dos ambientes escolares ou a formação docente, todos dialogam na defesa de uma educação fundamentada na valorização da

diversidade humana, na corresponsabilidade coletiva e na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às singularidades dos estudantes autistas.

Conclui-se, portanto, que a epistemologia da complexidade apresenta significativo potencial para subsidiar a consolidação de práticas e políticas educacionais mais democráticas, humanizadas e comprometidas com o direito à aprendizagem, à dignidade e ao desenvolvimento integral dos estudantes autistas, fortalecendo perspectivas inclusivas pautadas no respeito à diversidade humana e na construção de uma educação mais ética, sensível e socialmente comprometida.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5-TR. Texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

22

CABRAL EFL, et al. O pensamento complexo de Edgar Morin e suas contribuições ao campo da educação: Uma análise da prática desenvolvida na Escola da Ponte à luz da Teoria da Complexidade. Olhares & Trilhas, 2021; 23(3): 1128-1142.

DUARTE JS, et al. A complexidade dos processos de educação inclusiva no contexto da modernidade líquida. In: XXV SEPE – Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão. Santa Maria: UFN, out. 2021.

GUÉRIOS E, et al. Inclusão como modo de viver: bem viver. D.E.L.T.A., 2022; 38(1): 1-25.

LEITE ECF, LEITE VF. Complexidade e inclusão de alunos com deficiência intelectual: caminhos possíveis para uma escola que acolhe a diferença. Knowledge, Society and Education, 2025; 1-22.

MORIN, E. A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Unesco, 2000.

PAGE MJ, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. *BMJ*, 2021; 372(71).

SILVA GG, MONTEIRO ES. O paradigma da complexidade e a sua aplicação no ensino de estudantes com autismo. *Revista de Comunicação Científica – RCC*, 2025; 5(18): 51-67.

SIMÃO VL, et al. Inclu-Ação: a inclusão na educação básica. *Debates em Educação*, 2022; 14(36): 108-134.